

Transformação da realidade local por meio de políticas públicas para educação ambiental no Rio de Janeiro: resultados do Projeto Ambiente Jovem, um importante programa de Educação Ambiental no Brasil

RESUMO

Irlaine Alvarenga Cidade

irlaine_alvarenga@hotmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-0934-8922>
Secretaria do Estado de Ambiente e Sustentabilidade - SEAS/RJ, Rio de Janeiro, Brasil

Rafael Alves Esteves

estevesralves@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-0934-8922>
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

O projeto Ambiente Jovem, uma iniciativa de educação socioambiental que previu a capacitação de jovens de 16 a 24 anos em 146 comunidades do estado do Rio de Janeiro com a implantação de projetos locais, voltados para a sustentabilidade e educação ambiental, foi implementado em 2022 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. O objetivo deste estudo foi avaliar os resultados das ações de educação ambiental implantadas no projeto, de forma a maximizar os pontos fortes (impactos positivos) e minimizar as fragilidades encontradas (pontos de atenção). Para isto, foram aplicados três blocos de questionários compreendendo os períodos de maio a julho (2022), agosto a outubro (2022) e novembro a janeiro (2022 – 2023) envolvendo os alunos, seus familiares e os funcionários do projeto. Os resultados deste estudo mostraram que o projeto Ambiente Jovem foi bem avaliado em todos os questionários, retratando cuidado e zelo nas ações de políticas públicas por parte do Estado, neste que é considerado o maior programa de educação ambiental do país, seja em tamanho de conteúdos envolvidos, complexidade de alocação de recursos, quantidade de alunos atendidos e aporte de recursos para utilização durante as atividades (recursos humanos, financeiros, materiais e infraestrutura). Sugere-se que seja realizado um estudo futuro para avaliar e monitorar o impacto positivo do projeto nas comunidades ao longo do tempo (impacto social).

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas ambientais. Educação ambiental emancipatória. Educação ambiental não-formal. Impacto social.

INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu artigo 225, estabelece que a educação ambiental deve ser promovida em todos os níveis de ensino e conscientização pública. No entanto, no momento da promulgação da Constituição de 1988, o entendimento da complexidade da temática de educação ambiental e suas interconexões com a vida em sociedade ainda não abarcava as demandas por soluções sustentáveis urgentes que um mundo em viva transformação necessita atualmente.

O modelo tradicional de educação ambiental concentra seus esforços na prática educativa como promovedor da mudança de comportamento compatíveis a um determinado ideário de relações harmoniosas com o meio ambiente, numa perspectiva de aceitação da ordem social firmada como condição imposta, sem considerar os fundamentos históricos. Para Loureiro (2004), o que mais importa na educação ambiental tradicional não é a relação entre o ser humano como indivíduo social, pertencente ao meio natural, numa rede de interação que transita entre a subjetividade e objetividade; mas sim é o pensar a transformação do sujeito pela expansão da consciência que recai sobre as condições objetivas como único modo para se obter a união com a natureza e para reencontrar a fundamentação que se perdeu no processo histórico.

Para Saito (2002), na educação ambiental tradicional é necessário que os temas ambientais não sejam abordados de forma isolada e desconexa dos outros fatores da sociedade. As questões ambientais devem ser tratadas como uma das muitas dimensões que subsidiam todas as outras atividades: sociais, culturais, econômicas, físicas, biofísicas, ecológicas, estéticas e históricas.

Analisando a história da educação ambiental brasileira, é possível observarmos que o processo de construção desse aparato educacional não foi linear. A educação ambiental no Brasil sofreu e ainda persiste sofrendo forte pressão das regras do mercado, sempre legitimando os avanços das estratégias para acúmulo de capital. Nesse cenário, há uma linha muito tênue entre educação ambiental e adestramento ambiental, pois na prática, a educação ambiental tradicional se mostra confusa, com sucessos apenas no campo teórico.

Por outro lado, a educação ambiental crítica insere o homem na contextualização do mundo real, mostrando que os desafios existentes precisam ser encarados de frente, por meio de estudo e investigação dos temas geradores. A medida em que a educação ambiental tradicional é influenciada pelo capital, a educação ambiental crítica se ampara na necessidade de entendimento que o modelo predatório e extrativista não é mais o caminho a ser seguido. A busca pela trajetória onde o desenvolvimento sustentável seja o mais viável, atuando como uma diretriz comportamental para a formação do sujeito ambientalmente consciente é o que torna a educação ambiental crítica tão necessária na atualidade. Apesar de não ter sido voltada para a educação ambiental crítica, a análise de Paulo Freire em “Pedagogia do Oprimido” (1987) expõe, muito assertivamente, a contradição perversa entre a implementação de uma educação

transformadora e a hegemonia do capital, externalizando a necessidade de um pensamento crítico nas práxis educativa.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Rio de Janeiro – SEAS –, implementou no ano de 2022 o projeto Ambiente Jovem, uma iniciativa de educação socioambiental que prevê a capacitação de jovens de 16 a 24 anos em 146 comunidades do estado do Rio de Janeiro com a implantação de projetos locais, voltados para a sustentabilidade e educação ambiental.

O projeto possui duas fases: ciclo de formação, onde os jovens recebem conteúdo básico de educação ambiental e algumas oficinas voltadas para o tema meio ambiente e ciclo de implantação, onde são realizados planos de intervenção local com temáticas pertinentes aos problemas que a comunidade enfrenta em sua rotina local (alagamento, descarte ilegal de resíduo, queimadas e outros).

No ano de 2023 a SEAS encerrará as atividades do projeto nas 146 comunidades e implantando próximos núcleos de pertencimento (NUPs), assim chamados, nos locais que possuem demanda de questões ambientais emergenciais. Contudo, é necessária uma avaliação dos resultados efetivos do projeto e da promoção de novas preposições para que os territórios sejam atendidos com excelência.

A já consagrada importância da avaliação das políticas públicas, em tempos de combate e mitigação dos impactos ambientais se intensifica todos os anos com o aumento dos resultados negativos ambientais que geram impactos diversos, especialmente nas regiões menos favorecidas. Nesse contexto, convém a SEAS, uma avaliação dos resultados até aqui obtidos com o projeto em questão para que os próximos passos sejam construídos de maneira eficiente e produtora para os territórios beneficiados.

Desta forma, o objetivo deste estudo foi avaliar os resultados das ações de educação ambiental implantadas no projeto Ambiente Jovem, de forma a maximizar os pontos fortes (impactos positivos) e minimizar as fragilidades encontradas (pontos de atenção). O presente estudo se justifica quando busca entender como a política pública implantada pelo Governo do Estado, através do projeto Ambiente Jovem, está contribuindo para o fortalecimento de dispositivos legais que envolvem educação ambiental e sustentabilidade. Também se intenta, através desse estudo entender os resultados positivos e eficientes que justifiquem o empreendimento dos recursos públicos no projeto.

O PROJETO AMBIENTE JOVEM

O Ambiente Jovem, programa idealizado pela Secretário de Estado Ambiente e Sustentabilidade foi concebido para contemplar cerca de 6.000 jovens entre 16 e 24 anos, espalhados em comunidades do Estado do Rio de Janeiro. Os jovens foram capacitados por meio de aulas e oficinas para se tornarem agentes de transformação em seus territórios, além de receber uma

bolsa auxílio de R\$ 200,00 (duzentos reais), garantindo suas participações nas atividades.

Cada Núcleo de Pertencimento (NUP) do projeto contemplou 50 alunos. Durante os primeiros 60 dias, os jovens foram imersos em conhecimentos gerais de educação para sustentabilidade e cidadania com o objetivo de levá-los a construir o próprio conceito de ambiente, sustentabilidade e empreendedorismo. A iniciativa buscou estimular a mudança de olhar e hábitos sobre a imensa diversidade biocultural existente nos territórios de Mata Atlântica e do modo como eles agem no dia a dia, além de expandir uma postura de respeito pela cultura local e pela biodiversidade existente em suas comunidades.

A capacitação de educação para sustentabilidade foi oferecida por meio de seis eixos temáticos específicos: Bioma da Mata Atlântica, Água, Florestas, Ciclos Biogeoquímicos e Mudanças Climáticas, Ciclo de Vida dos Produtos e Sustentabilidade e Cidadania.

Após passarem pelo processo de capacitação dos conteúdos inerentes à educação para a sustentabilidade e cidadania da etapa anterior, os jovens apresentaram aptidão para exercitar e multiplicar este conhecimento por meio de atividades práticas propostas pelas oficinas de arte-educação e na elaboração e execução dos planos de intervenção com o apoio do educador ambiental nas suas comunidades. As oficinas sugeridas foram todas relacionadas às interconexões do meio natural com o social: eco-música, eco-moda, aproveitamento integral do alimento, design sustentável entre outras.

A partir das alternativas de oficinas ofertados a todos os jovens durante a primeira etapa, cada NUP aprofundou ao longo do projeto os conhecimentos e habilidades nas áreas de interface com a sustentabilidade, o que viabilizou a execução de Planos de Intervenção Local ao interagir saberes, enriquecendo os resultados obtidos. Essas intervenções nas comunidades onde o projeto aconteceu (e ainda acontece) possibilitou que os jovens transformassem a realidade local atuando como multiplicadores dos aprendizados no módulo de Educação para Sustentabilidade, o que tem ajudado as respectivas comunidades a entender os impactos que as escolhas humanas como consumo, desmatamento e descarte inadequado dos resíduos geram no ambiente. A Figura 1 retrata alguns registros das atividades do Ambiente Jovem.

Figura 1. Momentos de atividades dos alunos no Projeto Ambiente Jovem.



A: Alunos do NUP Areal; B: Alunos do NUP Queimados em visita à Unidade de Tratamento de Resíduos; C: Presença dos alunos do Ambiente Jovem na *Latin America Climate Summit 2022*; D: Alunos do NUP Jardim Bangu e Malhapão ao Centro de Vivências Ambientais e Sustentabilidade da Lagoa Rodrigo de Freitas.

Fonte: a pesquisa.

Após passarem pelo processo de capacitação dos conteúdos inerentes a educação para a sustentabilidade e cidadania da etapa anterior, os jovens participantes adquiriram instrumentalização para exercitarem e multiplicarem esse conhecimento através de atividades práticas propostas pelas oficinas de arte-educação (Figura 2) e na elaboração e execução dos planos de intervenção com o apoio do educador ambiental. A partir da alternativa das oficinas cujos conteúdos foram ofertados a todos os jovens durante a primeira etapa, cada núcleo pôde escolher até duas delas para que, o aprofundamento nos conhecimentos e habilidades, viabilizassem a execução Planos de Intervenção Local, interagindo saberes e enriquecendo o resultado.

Figura 2. Oficinas de arte-educação realizadas pelos alunos do Ambiente Jovem.



A-B: Oficina Funk Verde; C-D: Oficina Eco-Moda.

Fonte: a pesquisa.

O objetivo das intervenções na comunidade foi possibilitar que os jovens sejam multiplicadores dos aprendizados no módulo de educação para sustentabilidade, ajudando assim suas respectivas comunidades a entenderem os impactos que as escolhas humanas (consumo, desmatamento, descarte inadequado dos resíduos) geram no ambiente (Figura 3).

Figura 3. Alguns projetos de intervenção realizados pelos alunos nas suas comunidades locais.



A: Construção de uma ecobarreira para contenção de materiais no corpo hídrico realizado pelos alunos do NUP Vila Tamoios; B: Coleta de mais de uma tonelada de lixo na Reserva Biológica Estadual de Guaratiba realizada pelos alunos dos NUPs Campo Grande I, II e III; C: Plantio de mudas e recuperação de áreas degradadas pelos alunos do NUP Santa Maria, em São José de Ubá.

Fonte: a pesquisa.

O projeto Ambiente Jovem em sua estratégia, formulou uma política de alcance territorial, atuando na rotina das comunidades e trazendo temáticas ambientais para a consciência e reflexão.

Dentro do âmbito da vivência dos territórios, Capra (2008), alinhado com a ideia de Desenvolvimento Sustentável comunicada pelo Relatório Brundtland (Our Common Future, 1987), definiu comunidade sustentável como “a que é capaz de satisfazer às próprias necessidades sem reduzir as oportunidades das gerações futuras”. A importância de projetos e ações públicas que permeiam a

sustentabilidade é de importância relevante para as melhorias locais e diminuição dos impactos causados pelo uso desmedido dos recursos naturais.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL NO PROTAGONISMO DO PROJETO AMBIENTE JOVEM

A Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), estabelecida a partir da Lei nº 6.938/81, que em seu Artigo 2º, princípio norteador X, estabelece exigência da “educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa da defesa do meio ambiente”. O projeto Ambiente Jovem atende ao princípio norteador da PNMA, corroborando com a inferência da lei nas ações de território e participação no sentido de melhorias de seu bem-estar, aderente ao meio ambiente em que os participantes estão inseridos, tendo como base os repertórios de experiências de cada um deles.

Esse modelo de educação ambiental que o projeto propõe está alicerçado na base da educação ambiental não formal que, diferentemente da educação formal, não é normatizada, sistematizada ou organizada por grupos, faixa etária ou níveis de conhecimento previamente demarcados. O mais importante nessa modalidade de educação ambiental são os temas abordados nos espaços, que devem priorizar o objetivo comum, como por exemplo os aspectos subjetivos do grupo: cultura, identidade, cidadania, territorialidade, simbolismos ambientais e sensibilização de pertencimento do ambiente, sempre ponderando e priorizando as aprendizagens e saberes coletivos (Bianconi et al., 2005; Vieira et al., 2005; Gohn, 2008). Ao passo que na educação ambiental formal a práxis educativa ocorre em espaço definido, com regras e diretrizes pré-estabelecidas, na modalidade da educação ambiental não formal, há ambientes, planejamento e objetivos mais flexíveis de atuação, onde o protagonismo está na troca de saberes coletivos.

Segundo a definição de Gohn (2006, p. 75):

A educação não formal ocorre em ambientes e situações interativos construídos coletivamente, segundo diretrizes de dados grupos, usualmente a participação dos indivíduos é optativa, mas ela também poderá ocorrer por forças de certas circunstâncias da vivência histórica de cada um. Há na educação não formal uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes.

Amplamente utilizada nas práticas educativas realizadas pelo projeto Ambiente Jovem, essa modalidade de educação emergiu como alternativa locacional para espaço de novas práticas de vivência educativa inserida no cotidiano social e político.

A Educação Ambiental Não Formal encontra amparo na educação social do indivíduo e está pautada em três pilares fundamentais: I) A dimensão social do sujeito - parte do princípio que todo indivíduo deve ser considerado um ser sociável, com meios de relações sociais distintos; II) Educação emancipatória - principal objetivo da educação não formal, que pretende tornar o indivíduo um cidadão autônomo, independente, socialmente ativo e ciente de seus ônus e

bônus sociais; e III) O assistencialismo - parte inerente à educação social, atua na busca pelo empoderamento dos participantes, fomentando subsídios capazes de fortalecer ideias criativas em prol da troca de experiência e saberes coletivos.

METODOLOGIA

Para obtenção dos resultados de aproveitamento, receptividade e satisfação quanto a realização do projeto, a pesquisa foi realizada por meio de questionários aplicados junto aos usuários do projeto, funcionários e os familiares dos usuários do projeto. Os familiares dos alunos participantes foram incluídos na avaliação do projeto, utilizando-se duas estratégias de coleta de dados: pesquisa de campo com visitas domiciliares e pesquisa por plataforma online, acessada a partir de link enviado por mensagem de texto. Todo o processo de avaliação do projeto, o que inclui a aplicação dos questionários e consolidação dos dados, foi realizado com o suporte de uma empresa contratada pela instituição responsável por gerir o projeto em todo o território do Rio de Janeiro.

Foram aplicados três blocos de questionários compreendendo os períodos de maio a julho (2022), agosto a outubro (2022) e novembro a janeiro (2022 – 2023). O primeiro questionário (Avaliação dos Funcionários) composto por seis questões, o segundo (Avaliação dos Usuários), composto por dez questões, e o terceiro (Avaliação dos Familiares dos Usuários) composto por oito questões. Os questionários foram compostos por perguntas qualitativa, cabendo respostas na escala de muito satisfeito, satisfeito, pouco satisfeito e insatisfeito. Os referidos questionários foram fornecidos pela coordenação do projeto e encontram-se no Anexo I deste estudo.

A escolha da abordagem da pesquisa objetivou garantir que fosse possível direcionar a pesquisa de forma válida, considerando critérios como a adequação aos conceitos envolvidos, adequação aos objetivos da pesquisa, validade e confiabilidade. As respostas dos questionários foram consolidadas e tratadas com estatística descritiva com o auxílio do software de planilha eletrônica MS Excel 2016.

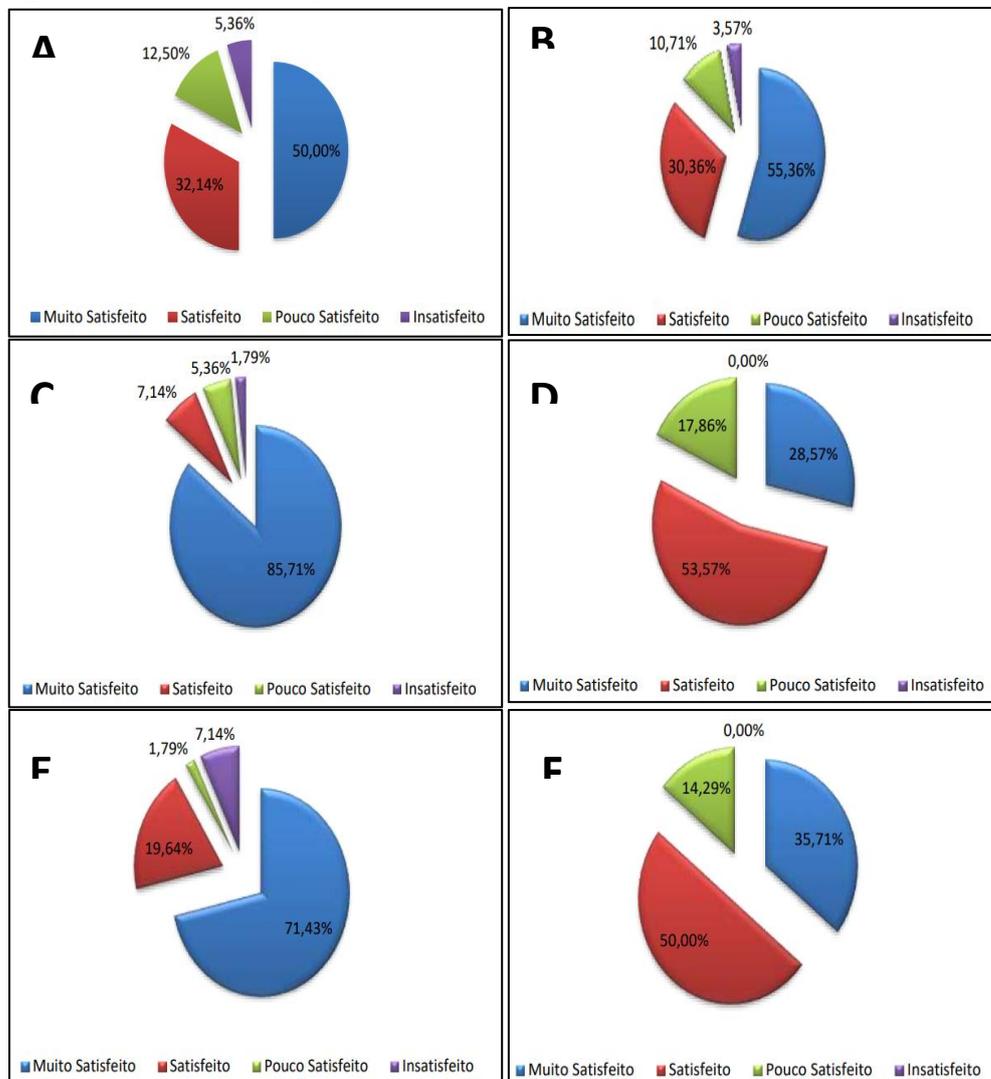
Além da aplicação dos questionários para avaliar o efeito e satisfação dos envolvidos pelo projeto, o presente estudo analisou os planos de intervenção nas comunidades, buscando estabelecer um panorama das ações nos locais de execução. Para isto, foi levantado todos os planos realizados nos NUPs e identificado a tendência das ações de forma descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao todo, 4.535 participantes responderam aos questionários de avaliação, sendo 2.221 alunos, 2.098 familiares e 216 funcionários.

O Questionário 1 avaliou a satisfação dos funcionários do projeto, no que tange à infraestrutura do núcleo, materiais das oficinas, organização do projeto, condições de trabalho, desenvolvimento profissional e desenvolvimento pessoal (Figura 4).

Figura 4. Resultados das respostas dos funcionários no Questionário 1.



A: Infraestrutura do NUP; B: Materiais utilizados nas oficinas; C: Organização do projeto; D: Condição de trabalho; E: Desenvolvimento profissional; F: Desenvolvimento pessoal.

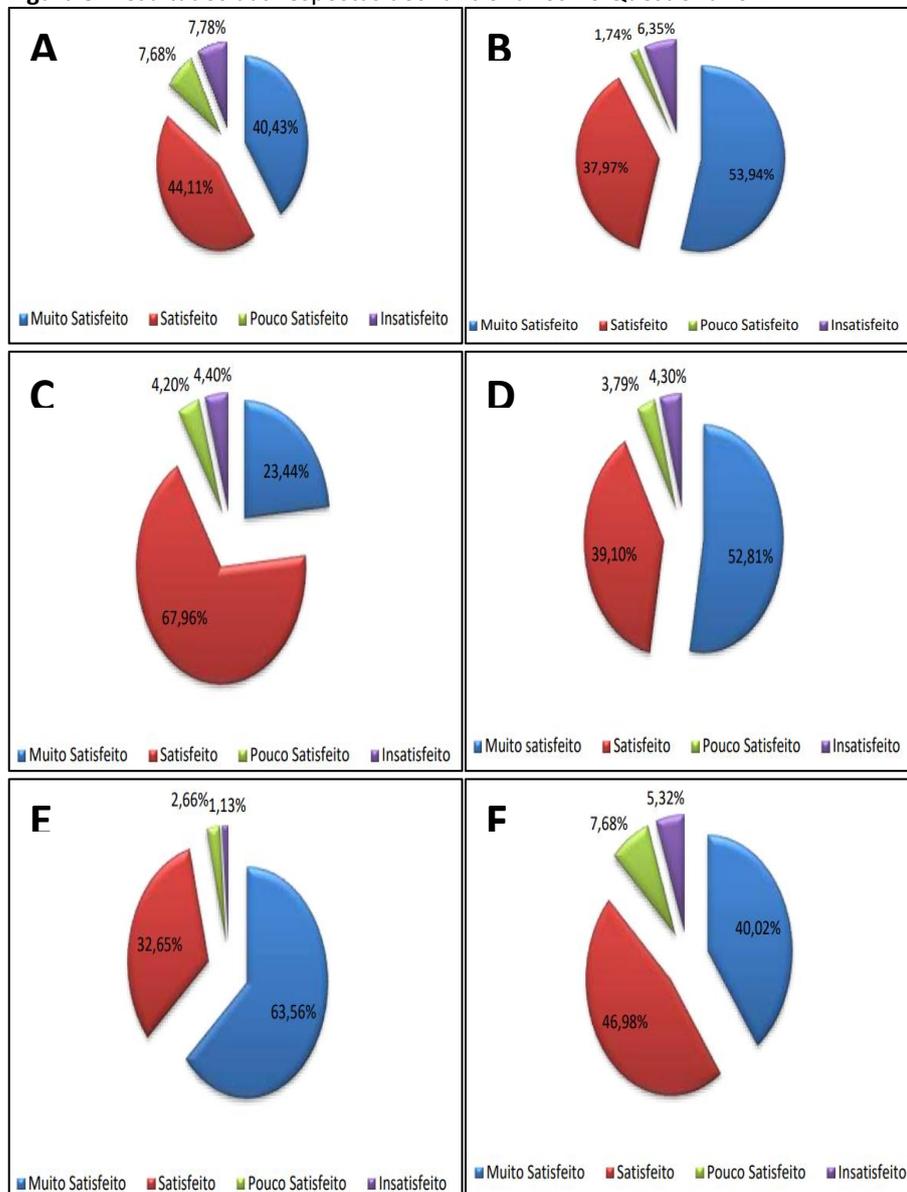
Fonte: a pesquisa.

Considerando-se a média entre os percentuais obtidos para todas as respostas do Questionário 1, os resultados revelaram que o nível de satisfação (muito satisfeitos ou satisfeitos) dos funcionários atuantes nos NUPs do projeto superaram 86%.

Os resultados mostraram que a maioria dos usuários do projeto foram do sexo feminino (67,35%) contra 32,65% do sexo masculino. O Questionário 2 avaliou a satisfação dos usuários com relação aos serviços prestados pelo projeto, no que tange à existência de núcleo na comunidade, infraestrutura do núcleo,

materiais das oficinas, identificação e sinalização do núcleo, atividades oferecidas pelo núcleo, Plataforma Ambiente Jovem, número de vagas oferecidas, interação profissional X comunidade, participação no Projeto Ambiente Jovem e participação em projetos futuros (Figuras 5 e 6).

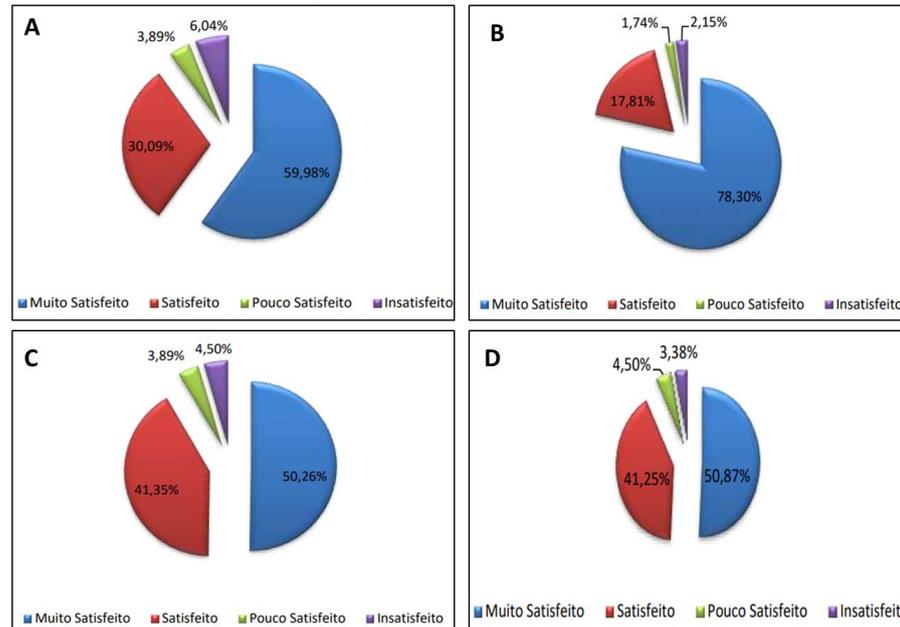
Figura 5. Resultados das respostas dos funcionários no Questionário 2.



A: Existência do NUP na comunidade; B: Infraestrutura do NUP; C: Materiais utilizados nas oficinas; D: Identificação e sinalização do NUP; E: Atividades oferecidas pelo NUP; F: Plataforma Ambiente Jovem.

Fonte: a pesquisa.

Figura 6. Resultados das respostas dos funcionários no Questionário 2.



A: Número de vagas oferecidas; B: Interação profissional X comunidade; C: Participação no Projeto Ambiente Jovem; D: Participação em projetos futuros.

Fonte: a pesquisa.

Os resultados revelaram que os entrevistados que demonstraram estar muito satisfeitos ou satisfeitos quanto a estrutura ofertada para a realização do projeto representaram um percentual de 91,29%, considerando-se a média entre os índices obtidos em todas as questões do Questionário 2.

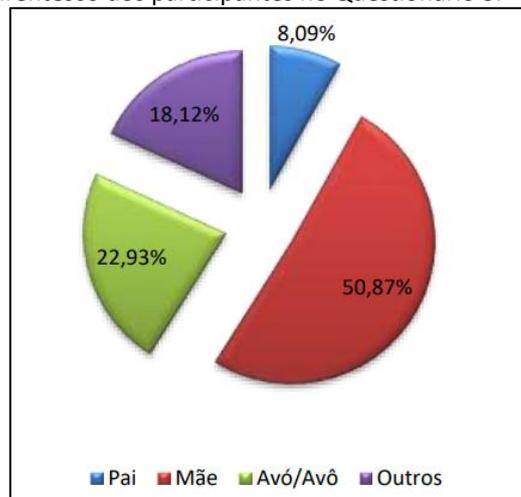
De todos os familiares respondentes, “Mãe” foi o grau de parentesco mais frequente (50,87%) e “Pai” o menos frequente (8,09%) (Figura 7). Os resultados deste estudo indicaram uma tendência que é observada com frequência na literatura científica que se debruça a compreender as relações sociais familiares com os aspectos do cotidiano e seus desdobramentos (e.g., Feijó & Assis, 2004; Avanci et al., 2009; Freire et al., 2010; Fernandes, 2021). Para Meireles e Gomez (2009), a cidade do Rio de Janeiro, desde 1994, lidera o ranking dos estados com maior número de homicídios na população jovem entre 15 e 24 anos de idade. Ainda, segundo os autores, em 2004, este índice atingiu 102,8 mortes por cada 100 mil habitantes, estando o tráfico de drogas associado a 90% desses homicídios. As estatísticas refletem um cenário de intensa vulnerabilidade social, principalmente para alguns jovens empobrecidos, os quais são usados na linha de frente de uma guerra entre o crime organizado e o Estado. Ao mesmo tempo, a ausência de políticas públicas mais efetivas torna o mercado varejista de drogas uma opção atraente para este grupo etário. A ausência da figura paterna ganha destaque nesse contexto, apontada como um aspecto marcante e significativa na construção social na vida de jovens que adentram na vida de infração (Meireles & Gomez, 2009).

O papel dos familiares na vida de usuários de projetos de integração socioambiental, como o Projeto Ambiente Jovem, é fundamental para o aprimoramento das vivências educativas desempenhadas nas atividades do

projeto. Para Assis (1999), basicamente, há dois aspectos do núcleo familiar que perpassam todos os outros. Um deles é o seu relacionamento, que afeta toda a sua dinâmica. A qualidade do relacionamento familiar é um fator chave no encaminhamento do jovem para a delinquência. Segundo o autor, se o pai está presente, mas a família briga muito e é infeliz, gerando desavenças, rejeição, abandono e outras formas de maus-tratos e problemas psicológicos, há maior probabilidade de algum dos filhos seguir o caminho da infração do que quando o pai não está presente. Contemplar e estabelecer os familiares em pesquisa de efetividade e resultados do projeto Ambiente Jovem demonstra abrangente preocupação com a eficácia de aplicação das ações de políticas públicas na temática de educação ambiental.

De forma complementar ao processo de ensino aprendizagem adquirido durante a realização das atividades do projeto, há a necessidade de ampliar a práxis educativa, que acontece no emaranhado que fazem sentido aos indivíduos, como ações preferenciais de nacionalidade, territorialidade, identidade, idade, gênero, religião, raça, espontaneidade, etc. Esse processo de educação ambiental está fortemente atrelado ao processo de socialização do indivíduo. Agrega valor na formação do sujeito através das atitudes e dos hábitos que este adquire na medida em que se expressa no seu meio de convívio.

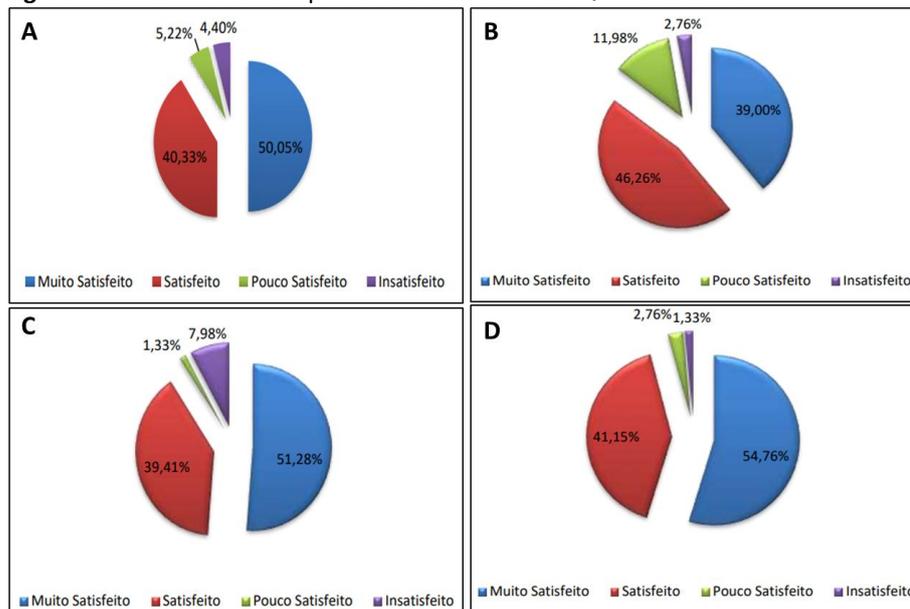
Figura 7. Grau de parentesco dos participantes no Questionário 3.



Fonte: a pesquisa.

O Questionário 3 avaliou a satisfação dos familiares dos usuários do projeto. Os resultados obtidos demonstram os efeitos que o projeto causam em toda a estrutura familiar dos usuários, referente à bolsa fornecida pelo projeto, impactos gerados pelo "Núcleo de Pertencimento" implantado na sua comunidade/localidade, desenvolvimento pessoal do aluno (novos conhecimentos, habilidades, senso crítico e responsabilidades), atividades desenvolvidas pelo projeto (conteúdos, quantidade de encontros, carga horária), projetos desta natureza, infraestrutura e materiais fornecidos pelo projeto (Figuras 8 e 9).

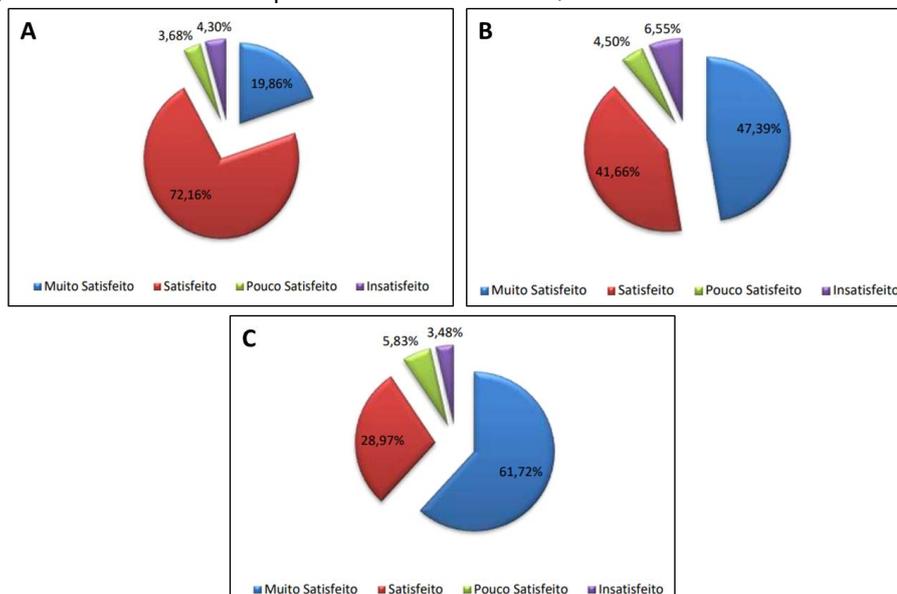
Figura 8. Resultados das respostas dos familiares no Questionário 3.



A: Bolsa fornecida pelo projeto; B: Impactos gerados pelo NUP na comunidade/localidade; C: Desenvolvimento pessoal do aluno; D: Atividades desenvolvidas pelo projeto.

Fonte: a pesquisa.

Figura 9. Resultados das respostas dos familiares no Questionário 3.



A: Projetos desta natureza; B: Infraestrutura do projeto; C: Materiais fornecidos pelo projeto.

Fonte: a pesquisa.

Os resultados mostraram que os entrevistados que demonstraram estar muito satisfeitos ou satisfeitos representaram um percentual de 90,78%, considerando-se a média entre os índices obtidos em todas as questões do Questionário 3.

São as relações sociais que originam os conflitos ambientais. Sejam por relações de desequilíbrio e injustiça ambiental, que como vimos são causadas por relações assimétricas de igualdade socioambiental, seja por disputas desarmônicas de território ou recursos naturais e de expansão de capital. Neste sentido, os Planos de Intervenção realizados pelos alunos nas comunidades retrataram a busca pela conciliação entre o mundo biofísico (“a natureza”) e o mundo social (“a cultura”).

CONCLUSÃO

Em pouco mais de um ano de atividades, o Projeto Ambiente Jovem já transformou a realidade de milhares de jovens de comunidades e localidades em todo o Estado do Rio de Janeiro. Com mais de cinco mil alunos inscritos, o projeto tem impactado positivamente jovens e seus familiares, fornecendo novas visões de mundo e aumentando o repertório de experiências e conhecimento dos envolvidos.

Os resultados deste estudo mostraram que o projeto Ambiente Jovem foi bem avaliado em todos os questionários, retratando cuidado e zelo nas ações de políticas públicas por parte do Estado, neste que é considerado o maior programa de educação ambiental do país, seja em tamanho de conteúdos envolvidos, complexidade de alocação de recursos, quantidade de alunos atendidos e aporte de recursos para utilização durante as atividades (recursos humanos, financeiros, materiais e infraestrutura).

Ao término das atividades gerais (encerramento do projeto previsto para o final de 2023), sugere-se que seja realizado um estudo para avaliar e monitorar o impacto positivo do projeto nas comunidades ao longo do tempo (impacto social). Importante conhecer qual o legado de valor o projeto deixará nas comunidades e localidades onde os NUPs aconteceram. Por meio de resultados como estes, o poder público consegue mensurar os esforços necessários para disponibilização de recursos para consolidação de estratégias e políticas públicas necessárias para evolução da sociedade nas temáticas de sustentabilidade e desenvolvimento em consonância com as necessidades naturais.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o incentivo da Secretaria de Estado do Ambiente e da Sustentabilidade (SEAS/RJ) que, por meio da parceria firmada entre a Universidade do Ambiente do Instituto Estadual do Ambiente (UA/INEA) e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), proporcionou a realização deste estudo.

Title of the paper in English Transformation of local reality through public policies for Environmental Education in Rio de Janeiro State: results of the Ambiente Jovem Project, an important Environmental Education Program in Brazil

ABSTRACT

The Ambiente Jovem Project, a socio-environmental education initiative that provides training for young people aged 16 to 24 in 146 communities in the state of Rio de Janeiro with the implementation of local projects, focused on sustainability and environmental education, was implemented in 2022 by Government of the State of Rio de Janeiro. The objective of this study was to evaluate the results of the environmental education actions implemented in the project, to maximize the strengths (positive impacts) and minimize the weaknesses found (points of attention). For this, three blocks of questionnaires were applied covering the periods from May to July (2022), August to October (2022) and November to January (2022 - 2023) involving students, their families, and the project's employees. The results of this study showed that the Ambiente Jovem Project was well evaluated in all questionnaires, portraying care and zeal in public policy actions by the State, in what is considered the largest environmental education program in the country, whether in size of contents involved, complexity of resource allocation, number of students served and allocation of resources for use during activities (human, financial, material and infrastructure resources). It is suggested that a future study be carried out to assess and monitor the positive impact of the project on communities over time (social impact).

KEYWORDS: Environmental public policies. Emancipatory environmental education. Non-formal environmental education. Social impact.

Transformación de la realidad local por medio de políticas públicas para la educación ambiental en Río de Janeiro: resultados del Proyecto Ambiente Jovem, un importante programa de Educación Ambiental en Brasil

RESUMEN

El proyecto Ambiente Jovem, una iniciativa de educación socioambiental que previo a la capacitación de jóvenes de 16 a 24 años en 146 comunidades del estado de Río de Janeiro con la implantación de proyectos locales, direccionados para la sustentabilidad y la educación ambiental, se implementará en 2022. Gobierno del Estado de Río de Janeiro. El objetivo de este estudio es obtener resultados de las acciones de educación ambiental implantadas en el proyecto, de forma a maximizar los puntos fuertes (impactos positivos) y minimizar las fragilidades encontradas (puntos de atención). Para esto, se aplicaron tres bloques de cuestionarios que comprenden los períodos de mayo a julio (2022), agosto a octubre (2022) y noviembre a enero (2022 – 2023) involucrando a los alumnos, sus familiares y los funcionarios del proyecto. Los resultados de este estudio mostrarán que el proyecto Ambiente Jovem fue bien evaluado en todas las encuestas, retratando cuidado y celo en las acciones de política pública del Estado, en lo que es considerado el programa de educación ambiental más grande del país, ya sea en tamaño de contenidos involucrados, complejidad de la asignación de recursos, número de estudiantes atendidos y contribución de recursos a ser utilizados durante las actividades (recursos humanos, financieros, materiales y de infraestructura). Sugerimos que se realice un estudio futuro para evaluar y monitorear el impacto positivo del proyecto en las comunidades a lo largo del tiempo (impacto social).

PALABRAS CLAVE: Políticas públicas ambientales. Educación ambiental emancipadora. educación ambiental no formal. Impacto social.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, S. G. O percurso da violência na história ocidental: infância e saúde. **Horizontes**, v. 17, p. 11-77, 1999.
- AVANCI, J. *et al.* Quando a convivência com a violência aproxima a criança do comportamento depressivo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 383-394, 2009.
- BIANCONI, M. L.; CARUSO, F. Apresentação: Educação não-formal. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 4, 2005.
- BRASIL. Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981. **Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: 20 abr. 2023.
- CAPRA, F. **O Ponto de mutação.** São Paulo, 1982.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum Rio de Janeiro (Our Common Future).** Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- FEIJÓ, M. C.; ASSIS, S. G. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 9, p. 157-166, 2004.
- FERNANDES, C. A força da ausência. A falta dos homens e do “Estado” na vida de mulheres moradoras de favela. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 36, p. 206-230, 2021.
- FREIRE, N. M. S.; LÔBO, A. S. F., & OLIVEIRA, S. T. Avaliação da multifatorialidade para dependência química entre infantes e adolescentes no estado do Rio de Janeiro. **Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 31, n. 1, p. 83-92, 2010.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.
- GOHN, M. G. Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: avaliação das políticas públicas de educação**, v. 14 n. 50, p. 27-38, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405.pdf>. Acesso em: 15 out. 2022.
- GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental transformadora. *In*: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Ed.). **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental, 2004.

Mazzotti, T. Representação social de " problema ambiental": uma contribuição à educação ambiental. **Revista brasileira de Estudos pedagógicos**, v. 78, p. 188-198, 1997.

SAITO, C. H. Política Nacional de Educação Ambiental e construção da cidadania. *In*: RUSHEINSKY, A. (Org.). **Educação Ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Armed, 2002. p. 47-60. SATO, M. Educação Ambiental. São Carlos: Rima, 2002.

VIEIRA, V.; BIANCONI, M. L.; DIAS, M. Espaços não formais de ensino e o currículo de ciências. **Ciência Cultura**, v. 57, n. 4, p. 21-23, 2005.

Recebido: 02 setembro 2023

Aprovado: 21 novembro 2023

DOI: 10.3895/rtr.v8n0.17528

Como Citar: CIDADE, I. A.; ESTEVES, R. A. Transformação da realidade local por meio de políticas públicas para educação ambiental no Rio de Janeiro: resultados do Projeto Ambiente Jovem, um importante programa de Educação Ambiental no Brasil. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 8, e17528, p. 1-20, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Irlaine Alvarenga Cidade
irlaine_alvarenga@hotmail.com

Direito Autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

